

OS DESAFIOS DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE SÃO BORJA

THE CHALLENGES OF THE CAMINHO DA ESCOLA PROGRAM: A PERSPECTIVE ON SÃO BORJA

Recebido em: 10/11/2024

Aceito em: 20/12/2024

Publicado em: 31/12/2024

Lucas Moreira de Mattos¹ 
Universidade Federal do Pampa

Claúdio Júnior Damin² 
Universidade Federal do Pampa

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de debater a educação no meio rural e o Programa Caminho da Escola, uma política pública de nível federal que auxilia na garantia do acesso à escola. Importante ressaltar que se trata de uma fundamentação teórica inicial, que dará frutos a pesquisas posteriores. O recorte da pesquisa está ajustado para a escola Olinto Dornelles, que faz parte da rede municipal de ensino do município de São Borja - RS. Ao longo do artigo, esboçam-se os conceitos-chave para se compreender o tema: logo de início, conceitua-se o termo políticas públicas, com ênfase nas políticas educacionais. A seguir, apresenta-se uma síntese sobre a educação no meio rural, suas trajetórias e os desafios atuais. Por fim, discute-se o Programa Caminho da Escola, sua implementação e funcionamento, bem como a forma como se insere no recorte desta pesquisa, ou seja, a implementação no município de São Borja. Nesse sentido, trata-se de uma revisão bibliográfica, que utiliza a metodologia qualitativa para compreender as nuances da política pública estudada, bem como seu público-alvo e suas expectativas. A proposta é trazer um debate inicial, visto que a pesquisa está em andamento, abordando os principais pontos do programa, sua forma de implementação, pontos de melhoria e desafios, considerando a realidade da escola-alvo da pesquisa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Caminho da Escola; Educação; Escola Rural.

Abstract: This article aims to discuss rural education and the Caminho da Escola Program, a federal public policy that helps ensure access to education. It is important to emphasize that this is an initial theoretical foundation that will lead to further research. The scope of the study is focused on Olinto Dornelles School, which is part of the municipal education network of São Borja - RS. Throughout the article, key concepts are outlined to understand the topic: initially, the term public policies is defined, with an emphasis on educational policies. Then, a synthesis is presented on rural education, its trajectories, and current challenges. Finally, the Caminho da Escola Program is discussed, including its implementation and functioning, as well as how it fits into the scope of this research, specifically its implementation in the municipality of São Borja. In this sense, this is a bibliographic review that uses qualitative methodology to understand the nuances of the public policy studied, as well as its target audience and expectations. The proposed intention is to bring an initial debate, considering that the research is still ongoing, addressing the main aspects of the program, its implementation process, improvement points, and challenges, considering the reality of the target school of the study.

Keyword: Public Policies; Caminho da Escola; Education; Rural School.

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação no Mestrado profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. E-mail: lukasmoreira18@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. E-mail: claudiodamin@unipampa.edu.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Brasil, tanto no passado como no presente, passa pela educação. Refletir sobre o papel social da escola hoje é entender como esse papel foi mudando ao longo dos séculos (DIAS, 2023). É por meio dela que se gera inovação, crescimento e melhora da qualidade de vida para todos. Segundo o pensador Paulo Freire (1996), a construção da educação no Brasil é fruto de uma longa trajetória marcada por lutas sociais, greves e movimentos organizados, que refletem o esforço coletivo para garantir o direito à educação pública e de qualidade. Essa jornada evidencia o papel essencial da mobilização social na consolidação de políticas educacionais inclusivas e democráticas (FREIRE, 1996).

No entanto, não há como falar da educação como um conceito uníssono, ou seja, que tenha o mesmo significado em todas suas colocações. Muito pelo contrário, a educação possui inúmeras nuances, especialmente em um país como Brasil, com um território com um tamanho continental. Ao longo da sua trajetória, as políticas educacionais sofreram diversas interferências, dentre elas do modelo capitalista, da perspectiva liberal, e dos movimentos sociais, que lutavam por educação pública de qualidade, uma formação cidadã e uma educação emancipadora, que condiz com um regime democrático. De acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes de saberes, promovendo aprendizados tanto nos espaços acadêmicos quanto em ações práticas e coletivas.

A educação no campo não foi diferente, e ainda hoje enfrenta inúmeros desafios para seguir ofertando vagas em escolas no meio rural. Dentre as principais dificuldades está o acesso à escola, a garantia de que os alunos consigam frequentar as aulas e atividades escolares com segurança e dignidade. A luta pelo acesso à educação pública tem sido uma constante ao longo da história do Brasil, sendo ainda mais desafiadora para aqueles que, por diversos motivos, se estabeleceram no meio rural para viver e trabalhar (NETO, 2016).

Para isso, em 2007 o governo federal instituiu o Programa Caminho da Escola, com o objetivo de oferecer meios de transporte, facilitando o acesso à escola e diminuindo a evasão, especialmente no meio rural e áreas de difícil acesso.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo tem o intuito de trazer a discussão sobre o programa Caminho da Escola, abordando uma breve síntese do contexto educacional, com o recorte ajustado para o município de São Borja, mais especificamente a escola Olinto Dornelles. Para isso, utiliza-se de uma abordagem exploratória em relação ao tema da educação rural a partir da literatura

especializada, incluindo a apresentação de números do programa caminho da escola. O recorte de pesquisa corresponde ao mesmo que será utilizado em pesquisas futuras, e no contexto do artigo, serve para situar o leitor da realidade vivida pela escola em relação a utilização da política pública pesquisada.

Visto que a pesquisa de campo não foi aplicada ainda, os dados utilizados neste artigo foram retirados de bancos de dados governamentais, como o Ministério da Educação, e portais da secretaria de educação municipais. Sendo assim, uma primeira aproximação do tema, bem como o do público alvo escolhido no recorte de pesquisa, que trará fundamentação para pesquisas futuras.

POLÍTICAS PÚBLICAS: UM CONCEITO AMPLO

Abordar a referida temática é um celebre desafio, pois sua conceituação é ampla, e na maioria das vezes genérica. Muito se ouve falar que políticas públicas são todas as ações que os governos tomam em relação à população ou a um problema público. Secchi (2014, p. 1) descreve a política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Frequentemente em seus escritos o autor traz analogias da política pública como soluções a um problema, essa é uma forma mais prática de perceber o campo das políticas públicas, observando pela sua atuação.

Para Souza (2003, p.13) “, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”. Nesse sentido, a conceituação de Souza (2003) corrobora com a definição trazida por Secchi (2014), onde se entende política pública como uma forma de intervir na realidade social, na tentativa de solucionar ou amenizar um problema público.

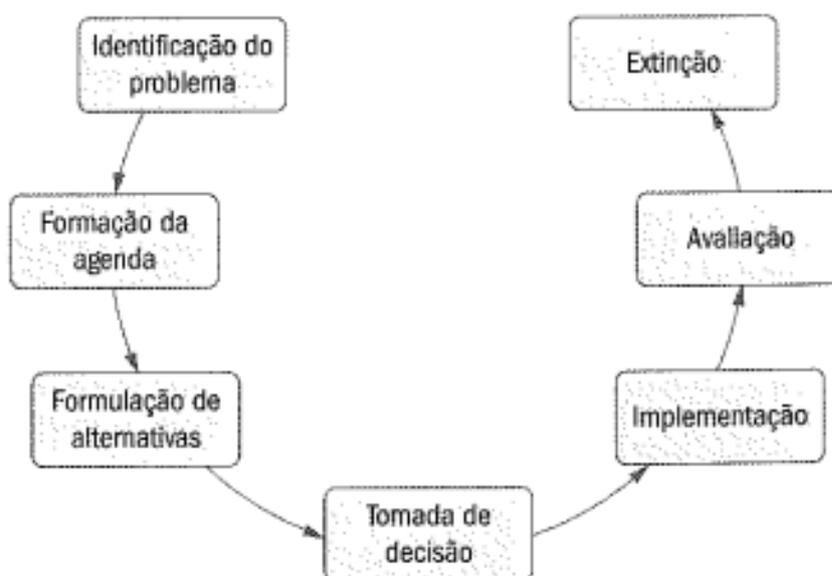
Agum *et al.* (2015, p. 16) afirma ainda que:

a formulação de políticas públicas irá se converter em projetos, planos, programas que necessitam de acompanhamento e análise constante, visto que, o desenho e execução das políticas públicas sofrem transformações que devem ser adequadas às compreensões científicas e sociais. Para transformarem em políticas públicas, problemas públicos precisam encontrar o equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e também o que é politicamente viável.

Como todo processo, a política pública é formada por etapas, que vão construindo soluções e as implementando na realidade dos cidadãos. Há na literatura sobre essa temática

diversas interpretações, conceituações e divisões dessas etapas. Para melhor compreensão desse recorte de pesquisa, se utilizará o ciclo de políticas públicas criado por Secchi (2014), composto por sete etapas, conforme a figura abaixo nos apresenta:

Figura 1 - O ciclo de políticas públicas.



Fonte: Secchi (2014, p. 43).

Além de ser um conceito amplo, e com diversas definições na literatura, também há segmentações importantes a serem consideradas. Políticas públicas de educação, por exemplo, são um nicho a parte, fundamental para o desenvolvimento do Brasil e alvo de diversos estudos, tamanha é sua importância. Pode-se compreender políticas públicas educacionais como sendo as ações, diretrizes e estratégias planejadas para intervir na realidade escolar e de ensino na localidade.

A educação é o principal caminho para modificar a realidade dos cidadãos, e por meio dela o Estado investe, direta e indiretamente, no desenvolvimento social e econômico da sociedade. De acordo com Mello (2006, p. 4):

A educação, neste caso, está convocada também, e talvez prioritariamente, para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida e a consolidação dos valores da democracia.

Essa proposta de modelo educacional, que tem em seus objetivos uma formação emancipadora, voltada para a cidadania, nem sempre foi o norte das políticas educacionais no

Brasil. É a partir da segunda metade da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, que a educação brasileira adquire os traços de universalidade, formação cidadã e voltada para o trabalho, aqui com traços neoliberais que ao longo dos anos foram se intensificando, até chegarmos aos dias atuais onde a educação profissional e voltada para o trabalho tem uma força maior no currículo escolar do que a formação do cidadão.

Nessa perspectiva, a ação do Estado de investir em Educação está diretamente ligada às demandas do mercado, pois com o desenvolvimento econômico, a industrialização e o avanço tecnológico, eram necessário trabalhadores mais qualificados para atuar no mercado. Santos e Nunes (2020, p. 24) afirmam ainda que:

A orientação das políticas educacionais e, finalmente, da escola, especialmente na escola pública, desemboca-se na formação do “homem necessário” para uma sociedade do conhecimento mundializada, devido à globalização e à nova reconfiguração tecnológica para recompor as bases produtivas centradas na autonomia. Nesse contexto, as políticas passam a centrar-se na formação para o trabalho e para o consumo.

As políticas educacionais estão voltadas a formar mão de obra qualificada, seja na cidade ou no campo. No entanto, o norte do currículo educacional possui nuances que se diferenciam. Desde antes da instituição da CF 1988, a educação no campo já era voltada para o trabalho, porém o trabalho rural. Um currículo que estava preocupado em manter as características do homem do campo, e instruí-lo com essa delimitação: era necessário aprender aquilo que seria útil para a vida no campo. No tópico a seguir irá se abordar com mais profundidade sobre esse modelo educacional, que na literatura da área recebe o nome de “ruralismo pedagógico”.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

O início da educação no meio rural é fruto de uma demanda de trabalho: era necessário mão de obra mais qualificada para trabalhar no campo, logo a educação foi encontrada como um meio para capacitar trabalhadores, e não desenvolver o ser humano para estar em sociedade ou visando o desenvolvimento social. Para Pereira e Castro (2021, p. 9):

o desenvolvimento do ensino rural decorreu da necessidade de mão de obra mais especializada proveniente das atividades agropecuárias, particularmente com a expansão da monocultura cafeeira e com o fim da escravidão. Diante disso, os detentores do poder no meio rural aceitaram a inserção de instituições de ensino em seus domínios. Essa inserção, entretanto, foi tardia, quando comparada ao meio urbano, e descontínua no território e ao longo do tempo.

Diante da clara diferença que se estabeleceu entre o homem do campo e o homem da cidade, a educação rural tinha o papel de amenizar essas desigualdades, no entanto, o próprio ensino trazia em seu currículo essa diferença. O ensino do campo tinha o papel de assegurar a “vocação” do homem do campo, ou seja, fortalecer os conhecimentos voltados ao campo, à área agrícola e ao trato animal. Enquanto isso, a educação nas cidades e centros urbanos era tida como mais avançada, acentuando as desigualdades e criando uma desvantagem para a educação do campo (PEREIRA; CASTRO, 2021).

Essa desigualdade é tão marcante que a educação no campo recebe um nome específico, um conceito muito discutido na literatura que aborda esse tema: “ruralismo pedagógico”, que pode ser entendido como “uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia” (BEZERRA NETO, 2016, p. 15). A ideia principal dessa proposta de educação era manter o homem no campo, evitando o êxodo rural, que nesse período já se acentuava, quando os trabalhadores do campo buscavam melhores condições de vida e trabalho nos grandes centros urbanos.

Embora a ideia de capacitar o homem do campo e desenvolvê-lo para o seu ofício seja positiva, o grande problema, que é alvo de críticas de vários autores dessa temática, é o fato de que essa proposta educacional que ficou conhecida como ruralismo educacional condicionava o homem ao campo e aos trabalhos relacionados a ele. Além disso, também acentua as desigualdades entre o campo e a cidade, fazendo surgir a comparação de que a cidade era sinal de progresso, enquanto o campo estava condicionado às mesmas práticas. De acordo com Pereira e Castro (2021, p. 9), o ruralismo educacional servia como “um conjunto de premissas que contribuía para que se perpetuassem as desigualdades sociais no campo”.

Para melhor compreender o conceito, bem como as críticas feitas a ele, é preciso antes entender o momento em que a educação do Brasil estava se desenvolvendo, o contexto do país, tanto político como econômico. Aqui trata-se do período em que se inicia a Era Vargas, que dentre suas muitas características marcantes, uma delas é o desenvolvimento econômico e das cidades, com a chegada da industrialização. Nesse sentido:

essas propostas surgiram em um momento em que o Brasil passava por grandes transformações nos planos econômico e político. Em uma conjuntura marcada por mais uma crise cíclica do capitalismo, o início da década de 1930 foi caracterizado, no Brasil, por dificuldades econômicas e prejuízos para os proprietários de terras, produtores de gêneros agrícolas voltados para a exportação e, em especial, para a oligarquia cafeeira, sofrendo conseqüente enfraquecimento político. Naquelas circunstâncias, os setores mais conservadores, mesmo divididos, temendo a rearticulação de movimentos que propusessem mudanças radicais na política e na

economia, tomaram a iniciativa de depor o presidente Washington Luís (1926-1930) e conduziram Getúlio Vargas ao governo central, embora ele tivesse sido derrotado nas eleições presidenciais pelo paulista Júlio Prestes (BEZERRA NETO, 2016, p. 15).

Esse contexto auxilia a compreender a acentuação e manutenção dessa desigualdade entre a educação do campo e da cidade. Não era interessante para que se mantivesse o *status quo* que a educação tivesse o cunho emancipador, e que preparasse o indivíduo para dar seguimento aos estudos e rumo a profissionalização, como é hoje. Até mesmo a educação nas cidades era voltada ao mundo do trabalho, o objetivo principal era formar mão de obra qualificada em ambos os casos, mas o direcionamento do campo era voltado às questões agrícolas, enquanto a educação das cidades ficava a capacitação para o trabalho na indústria.

Bezerra Neto (2016, p. 18) afirma que na proposta do ruralismo pedagógico era:

fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

A educação que capacita o homem do campo, que traz e incentiva sua cultura, suas raízes e suas trajetórias é também fundamental, precisa ser considerada nesse currículo escolar. No entanto, não pode ser um divisor, um motivo de segregação, que é muito comum no Brasil desde a gênese da sua história. Ofertar uma educação nas escolas rurais onde o foco é aprender apenas o que será útil para a vida no campo acaba por limitar o aluno, o coloca em desvantagem com alunos que têm acesso a uma educação integral, tecnológica e focada no mercado de trabalho de cidades e metrópoles.

A educação deve ser a mesma para todos, é dever do Estado garantir o mesmo nível de qualidade, oportunidades e estrutura para todos os cidadãos, sendo estes pertencentes à comunidade rural ou urbana. Os desafios da educação rural são inúmeros, e o Programa Caminho da Escola está voltado para resolver apenas um deles: a evasão escolar, por meio da garantia do acesso à escola. No tópico a seguir o artigo aborda de forma mais direta o programa e sua implementação em São Borja.

O PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA: CASO DE SÃO BORJA

Instituído por meio da Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007, o Programa Caminho da Escola tem o objetivo de garantir o acesso à escola, mesmo aquelas que estão em

lugares remotos, em áreas rurais e/ou de difícil acesso. A implementação do programa se dá por meio da aquisição e disponibilização de meios de transportes, para que assim possa se garantir o direito do acesso à escola. De acordo com o Portal do Ministério da Educação (2024, n. p.):

O programa oferece ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nessas regiões, onde normalmente há dificuldades para se chegar às unidades de ensino, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte escolar. Também visa proporcionar a participação dos estudantes em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer previstas no plano pedagógico da escola e realizadas fora do ambiente escolar.

O Decreto 11.162/2022 estabelece que o custeio da implementação e da avaliação do programa será feito por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Há três formas de se aderir ao programa: por meio de assistência financeira do FNDE³, através do Plano de Ações Articuladas (PAR⁴); conforme a disponibilidade orçamentária listada na Lei Orçamentária Anual (LOA); ou por meio de recursos próprios do ente federado que deseja aderir ao programa.

Segundo dados do Censo Escolar INEP 2021, são cerca de 47 milhões de estudantes brasileiros, dos quais 8,9 milhões utilizam o transporte escolar. O Programa Caminho da Escola tem seu principal público alvo a ser atendido os estudantes da rede pública de ensino que residem em zonas rurais e/ou zonas ribeirinhas, ou seja, áreas que dificultam o acesso às escolas.

Dos diversos meios de transportes utilizados na implementação do programa, os ônibus são a maioria absoluta, com mais de 6 milhões espalhados por todo o Brasil. O Portal do Ministério da Educação, em uma das apresentações do programa, afirma que:

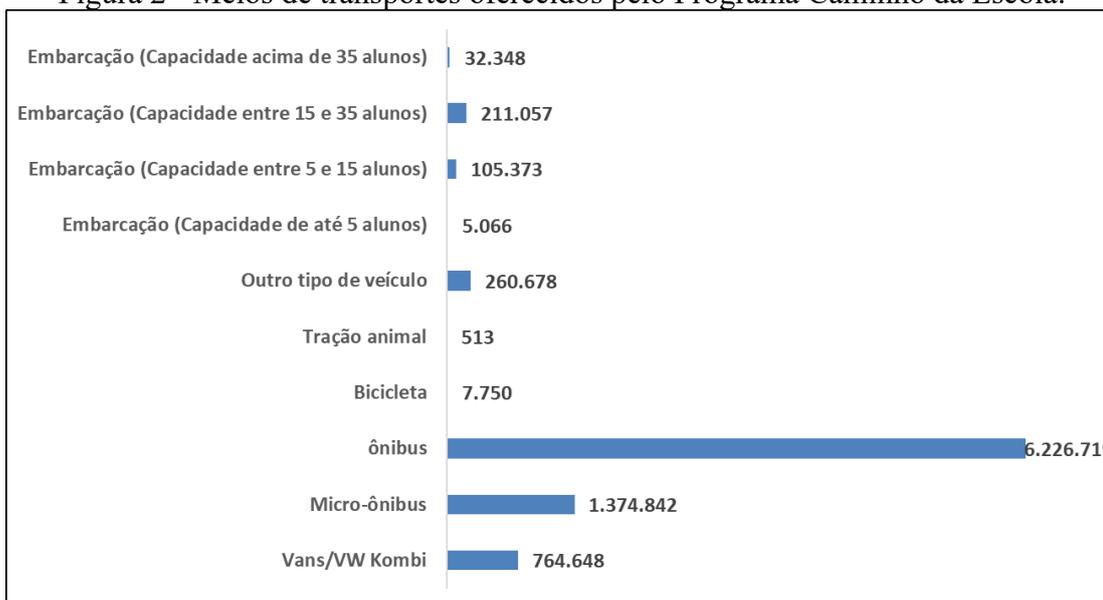
ao longo de 16 anos de execução, o Caminho da Escola já contabilizou 59.323 ônibus entregues pelas montadoras aos entes federados. A região Nordeste lidera entre as beneficiadas com quase 39% dos veículos entregues.

Na imagem abaixo é possível visualizar os tipos de meios de transportes oferecidos, bem como as quantidades existentes, com dados do último censo escolar de 2021.

³“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE é uma autarquia do Ministério da Educação - MEC e tem a missão de prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação. Entre essas ações estão as políticas voltadas para o Transporte Escolar dos alunos da rede pública de educação, destacando-se o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa Caminho da Escola” (CARVALHO *et al.*, 2018, p. 10).

⁴“Apoio técnico ou financeiro prestado em caráter suplementar e voluntário pela União às redes públicas de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2012, art 1º).

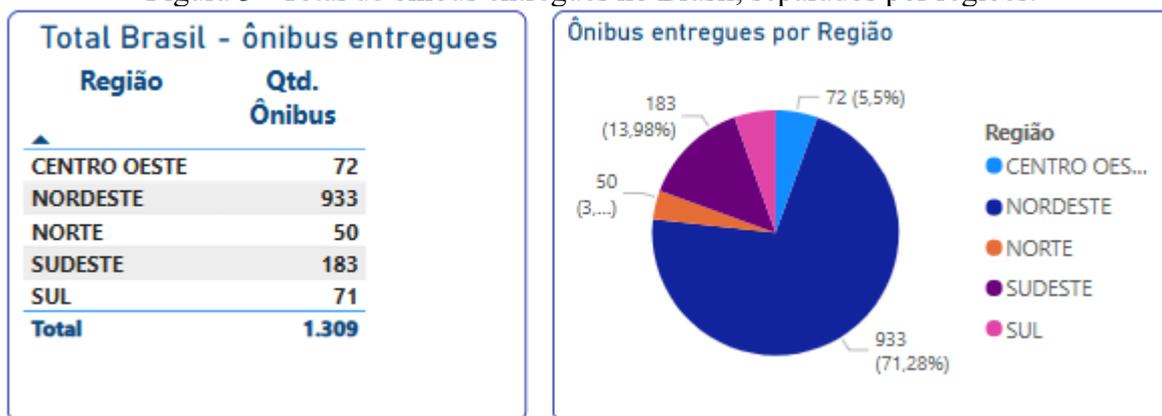
Figura 2 - Meios de transportes oferecidos pelo Programa Caminho da Escola.



Fonte: Ministério da Educação (2023, n.p.).

O Ministério da educação também disponibiliza um portal por meio do qual se pode ter acesso à distribuição desses transportes com dados mais atualizados. Segundo os dados atualizados de do portal⁵, somente no ano de 2024 o governo federal já disponibilizou cerca de 1309 ônibus para os entes federados, dos quais a grande maioria (71%) destinados para o nordeste do Brasil. Destes já entregues 1120 foram destinados para atender escolas no meio rural. Na figura abaixo é possível visualizar esses repasses, bem como as regiões que receberam os novos transportes.

Figura 3 - Total de ônibus entregues no Brasil, separados por regiões.



Fonte: Ministério da Educação (2024).

⁵O portal pode ser acessado em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTA5ZTZiYjAtNmI4NS00NDhmLWJmMjQrYjEyMzU2MTI3MzU3IiwidCI6ImNmODQ1NGQzLWUwMTItNGE5ZC05NWlZLTcwYmRiNmY0NTlkNSJ9>.

No entanto, a implementação efetiva da política não depende apenas da disponibilização dos transportes, há também a necessidade de uma estrutura que comporte a sua funcionalidade. É preciso que esses transportes estejam em boas condições, que as estradas também permitam um bom tráfego, para que o objetivo proposto para o programa seja plenamente atingido. Aqui se encontra um dos maiores desafios para a implementação desse programa, assim como afirma Rodrigues e Pereira (2022, p. 2-3):

tem se demonstrado como um dos grandes desafios enfrentados pelos estudantes, tendo em vista a falta de estrutura das estradas e as longas distâncias entre as residências e as unidades de ensino. Ademais, o problema não se limita à existência do transporte escolar, mas também a qualidade do mesmo, já que precariedade do transporte junto aos longos percursos podem provocar o cansaço dos estudantes e colaborar para o desinteresse em relação a continuidade dos estudos, além de representar um risco a própria integridade dos alunos.

Não basta garantir o acesso, mas a legislação estabelece normas e diretrizes que ditam a forma como esse serviço deve ser prestado. A legislação explícita ainda que a responsabilidade administrativa dos transportes recai sobre dois atores públicos: diretores(as) das escolas participantes do programa, e dos prefeitos e secretários da educação de cada município que aderiram ao programa. Ou seja, o programa, mesmo sendo uma política federal, transfere a responsabilidade pela conservação dos transportes e implementação da política para a esfera municipal, mostrando a descentralização da implementação da mesma.

Além de serem responsáveis pela conservação dos transportes, a gestão municipal também precisa se atentar para a infraestrutura das estradas de zonas rurais para que o tráfego seja garantido e evite problemas nos transportes. O município é o ator que operacionaliza toda a implementação da política, mas também é aquele que a monitora, e por vezes avalia sua implementação, modificando-a se necessário, visto que o município também tem poder para reger a utilização dos transportes.

A nível federal o programa tem uma dimensão bem maior, mas seu impacto é sentido até mesmo em municípios menores, como é o caso de São Borja. Com cerca de 60 mil habitantes, é um município localizado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, possuindo vasto território rural, visto que é um município onde a agricultura, especialmente o cultivo do arroz, é muito fortalecida. Logo, é fácil concluir que o programa tem efeito direto na educação do município, que possui 11 escolas localizadas em zona rural, segundo dados do

portal QEDu⁶.

A escola selecionada como objeto desta pesquisa se encaixa nessa classificação das 11 escolas. Localizada no interior, na comunidade de Rincão de Santana, possui cerca de 63 alunos matriculados, sendo 14 da pré-escola, 33 dos anos iniciais, 30 nos anos finais e 3 alunos matriculados na educação especial. A escola conta ainda com 11 professores, e uma ampla estrutura para atender os alunos.

Devido a localização, a maioria dos alunos só conseguem acessar a escola por meio de transporte escolar, fornecido pelo programa Caminho da Escola. Apesar de ser um número relativamente baixo de alunos matriculados, o que costuma ocorrer em escolas localizadas no interior, os alunos têm o mesmo direito de ter acesso à educação que alunos matriculados na rede urbana. Quando a CF de 88 estabelece que é dever do Estado garantir o direito à educação, está incluindo também o direito ao acesso, ou seja, ofertar transporte adequado e condições dignas para chegar à escola, evitando assim a evasão escolar.

Estabelecer o recorte de pesquisa para a escola Olinto Dorneles permitirá compreender melhor o funcionamento do programa em profundidade, alcançando inclusive a opinião dos usuários da política pública, ou seja, captar a dimensão do impacto da política no cotidiano da comunidade escolar. Embora a pesquisa esteja em fase inicial, já é possível destacar alguns desafios da sua implementação no município.

Um exemplo são as constantes reclamações acerca das condições dos transportes. As condições das estradas que levam até as escolas do interior também são alvo de inúmeras reclamações. Para que seja efetiva, a política pública precisa contar com a estrutura ao seu entorno, nesse caso específico, boas estradas e ônibus em condições plenas de utilização. O fato é que nem toda estrutura está inclusa na política pública. As condições das estradas utilizadas são de responsabilidade municipal, uma questão de planejamento e infraestrutura. A falta de manutenção das estradas afeta diretamente a efetividade do programa, causando transtornos, que muitas vezes impedem o transporte de circular, inviabilizando o acesso à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar essa temática, ainda que de forma inicial, auxilia a trazer luz sobre essa temática. Além disso, a pesquisa que se objetiva aplicar no futuro partirá dos conceitos aqui abordados. Para que o pesquisador vá a campo, é preciso um primeiro contato com a temática,

⁶O portal pode ser acessado em: <https://qedu.org.br/municipio/4318002-sao-borja>

uma fundamentação que permita ao pesquisador direcionar a pesquisa, o roteiro de entrevistas, bem como o corpo da pesquisa.

Em São Borja, conforme já mencionado anteriormente, a problemática da educação rural, especialmente ligada ao transporte escolar, tem sido muito debatida e alvo de diversas críticas. É um problema público que necessita de atenção, e por mais que já exista legislação e políticas públicas voltadas para essa área, ainda se constata problemas de execução da mesma. Uma pesquisa com os stakeholders ajudará a nortear o que se espera da política, e qual impacto ela tem gerado na realidade da educação rural. Compreendendo a realidade estudada, bem como identificando os pontos de melhoria da política, é possível contribuir para a mudança.

Os desafios são muitos. Trazer essa questão para o debate é fundamental para que se construam melhorias, para que a implementação da política seja de fato efetiva e com impacto positivo na realidade da comunidade escolar. Ainda que de forma inicial, este artigo busca compreender o aporte teórico e principais conceitos que rodeiam o programa, para que futuramente a pesquisa possa contribuir de forma direta na implementação do mesmo no município.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Agenda política*, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

BEZERRA NETO, Luiz. Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo. *Uberlândia: Navegando Publicações*, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 11.162/2022: Dispõe sobre o Programa Caminho da Escola. Brasil, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11162.htm Acesso em: 15 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, M. DA G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333–361, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. *Estudos avançados*, v. 5, p. 7-47, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n3_280307_caminho_da_escola.pdf Acesso em: 15 ago. 2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Dicionário FNDE: Conheça o Programa Caminho da Escola. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/dicionario-fnde-conheca-o-programa-caminho-da-escola> Acesso em: 15 ago. 2024.

PEREIRA, Caroline Nascimento; DE CASTRO, César Nunes. **Educação no meio rural: Diferenciais entre o rural e o urbano.** *Texto para Discussão*, 2021.

QEDU. **Dados Educacionais de São Borja**, 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4318002-sao-borja>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32363>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas:** coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina Maria de. **Políticas públicas:** questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2789>. Acesso em: 31 dez. 2024.